

VALE DO SOL

Vereadores aprovam projeto de adicional para conclusão da Creche

>> **Kelli Krause**
Redação DS

Cinco Projetos de Lei foram discutidos pelos vereadores durante a 8ª sessão ordinária, realizada ontem, 24, na Câmara Vereador Daniel Lopes da Silva, em Tangará da Serra. O projeto de lei 10 que altera o Art. 11 e seu parágrafo único, § 3º do Art. 12, Art. 18, Art. 19 e Anexo I, pede a abertura de concurso público para o cargo de controlador interno para a autarquia Samae teve outro pedido de vistas de sete dias, desta vez, pelo Vereador Luís Henrique (PTB). Outro projeto que foi pedido vistas de sete dias foi o projeto de lei 21, que pede abertura de crédito adicional suplementar, no valor de

R\$ 146 mil destinados a custear despesas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Um projeto muito importante para a comunidade Vale do Sol foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. O projeto de lei 26 de autoria do executivo, que pede autorização para abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 1,36 milhão para custear despesas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. De acordo com o projeto, a verba será investida na conclusão das obras da creche Vale do Sol, uma obra anunciada pelo Prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB) em maio de 2013 e que até o momento não foi concluída.

“Era uma obra para está pronta”, disse Constantino (PSDB) destacando a espera dos moradores pela conclusão da creche. Em entrevista ao DS a Secretária de Educação, Iolanda Garcia, disse que um novo processo licitatório será aberto e ainda não tem como estipular o prazo para o término da obra.

Outro projeto aprovado por unanimidade, mas após muita discussão, foi o projeto de lei 27, de autoria do Executivo Municipal, pedindo autorização do Legislativo para realizar uma campanha que visa à regularização de débitos inscritos e dívida ativa, bem como conceder desconto no IPTU. Além de proporcionar desconto aos contribuintes, tam-



Aprovado o projeto que visa à regularização de débitos inscritos, dívida ativa e o desconto no IPTU

bém será modificada a data do vencimento. Durante essa semana o DS trará as informações a respeito da campanha do IPTU.

TRANSPORTE COLETIVO

Sebastian pede intervenção do Ministério Público



Desde 2013 tem feito indicações e cobrado respostas a cerca do transporte do município

>> **Kelli Krause**
Redação DS

O vereador Professor Sebastian (PROS) pediu a intervenção do Ministério Público (MP) no problema do transporte coletivo de Tangará da Serra que se arrasta por dois anos. De acordo com o vereador, desde 2013 tem feito indicações e cobrado respostas a cerca do transporte do município e nenhuma resposta plausível foi dada. “A resposta que sempre recebemos do Executivo foi que as licitações feitas durante este período deram desertas. E não podemos admitir que essa resposta seja suficiente para que continue essa situação caótica que está o transporte coletivo”, disse Sebastian, informando que por isso pediu a intervenção do

MP. “Eu espero que com a intervenção do MP, o executivo tome uma posição e resolva de uma vez por todas esse problema”, disse o vereador.

A empresa que atualmente faz o transporte, Turis, ameaçou encerrar os serviços por problemas financeiros. De acordo com o gerente da companhia, Josué Dias de Paula, o contrato da empresa com o Município venceu desde o dia 05 de junho de 2013. “A gente está aí há dois anos ‘empurrando com a barriga’. Devido a isso, não nos resta outra alternativa a não ser paralisar nossa operação. A partir do dia 31 desse mês, Tangará da Serra não terá mais transporte coletivo prestado pela Turis”, afirmou o gerente, que rebateu as críticas do município, relatando que a empresa vem há anos

tentando entrar em um acordo.

Diante do empasse do encerramento das atividades, o Município poderá buscar medidas judiciais a fim de garantir o serviço essencial à toda população da cidade. De acordo com o coordenador de Trânsito de Tangará da Serra, Tony Hirota, a empresa ainda não notificou o município a respeito do fato. “Portanto como não recebemos oficialmente, a empresa tem obrigação por serviço essencial de continuar com as atividades. Ele [gerente da empresa] veio conversar pessoalmente e disse que iriam promover essa documentação, mas não promoveram, então não tem base legal”, afirmou Hirota. Se nenhum acordo for feito, a partir da próxima semana a população poderá ficar sem Transporte coletivo.

MICO É VOCÊ SUJAR
NOSSA CIDADE!

LIXO TEM
LUGAR CERTO!

Muita gente faz da cidade uma lixeira, jogando todo tipo de lixo nas ruas, isso polui o meio ambiente, entope os bueiros causando enchentes e doenças.
Mude de atitude, cuide do seu lixo, deposite no lugar certo!
Mantenha o lixo em sacos plásticos e coloque para fora só nos dias em que o caminhão da coleta passar.

Não pague mico, seja educado e conserve a nossa cidade limpa!!!!